

Daniel Amorim Assumpção Neves

---

# Manual de **Direito Processual Civil**

**VOLUME ÚNICO**

**7.ª edição**  
revista, atualizada  
e ampliada



SÃO PAULO

- A EDITORA MÉTODO se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra. Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

**Editora MÉTODO LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714

metodo@grupogen.com.br | [www.editorametodo.com.br](http://www.editorametodo.com.br)

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Neves, Daniel Amorim Assumpção

Manual de direito processual civil / Daniel Amorim Assumpção Neves. – 7. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

ISBN 978-85-309-5987-6

Inclui bibliografia

1. Processo civil - Brasil. 2. Direito processual - Brasil. I. Título.



# SUMÁRIO

## LIVRO I

### TEORIA GERAL DO PROCESSO

<b>1. JURISDIÇÃO</b> .....	<b>3</b>
1.1. Conceito .....	3
1.2. Equivalentes jurisdicionais .....	5
1.2.1. Autotutela .....	5
1.2.2. Autocomposição .....	6
1.2.3. Mediação .....	7
1.2.4. Arbitragem.....	18
1.3. Escopos da jurisdição .....	21
1.4. Características principais .....	23
1.4.1. Caráter substitutivo .....	23
1.4.2. Lide .....	24
1.4.3. Inércia .....	25
1.4.4. Definitividade.....	28
1.5. Princípios da jurisdição .....	28
1.5.1. Investidura .....	28
1.5.2. Territorialidade (aderência ao território) .....	29
1.5.3. Indelegabilidade .....	30
1.5.4. Inevitabilidade.....	31

1.5.5.	Inafastabilidade .....	32
1.5.6.	Juízo natural.....	37
1.5.7.	Promotor natural.....	38
1.6.	Espécies de jurisdição.....	39
1.6.1.	Jurisdição penal ou civil.....	39
1.6.2.	Jurisdição superior ou inferior.....	39
1.6.3.	Jurisdição comum e especial.....	40
1.7.	Jurisdição voluntária .....	40
1.7.1.	Características.....	40
1.7.1.1.	Obrigatoriedade .....	40
1.7.1.2.	Princípio inquisitivo .....	41
1.7.1.3.	Juízo de equidade.....	42
1.7.1.4.	Participação do Ministério Público como fiscal da lei.....	42
1.7.2.	Natureza jurídica .....	44
1.7.2.1.	Inexistência de caráter substitutivo .....	44
1.7.2.2.	Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto .....	44
1.7.2.3.	Ausência de lide.....	45
1.7.2.4.	Não há partes, mas meros interessados .....	46
1.7.2.5.	Não há processo, mas mero procedimento .....	46
1.7.2.6.	Inexistência de coisa julgada material.....	47
1.8.	Tutela jurisdicional.....	48
1.8.1.	Espécie de crise jurídica.....	48
1.8.2.	Natureza jurídica dos resultados juridico-materiais .....	50
1.8.3.	Coincidência de resultados com a satisfação voluntária .....	53
1.8.4.	Espécie de técnicas procedimentais .....	55
1.8.5.	Cognição vertical (profundidade).....	60
<b>2.</b>	<b>PROCESSO .....</b>	<b>63</b>
2.1.	Introdução .....	63
2.1.1.	Processo como procedimento.....	63
2.1.2.	Processo como contrato.....	64
2.1.3.	Processo como um quase contrato.....	64
2.1.4.	Processo como relação jurídica.....	65
2.1.5.	Processo como situação jurídica .....	65
2.1.6.	Processo como procedimento em contraditório .....	66
2.1.7.	Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório .....	66

2.1.8.	Conclusão .....	67
2.2.	Procedimento.....	67
2.3.	Relação jurídica processual .....	67
2.3.1.	Composição.....	67
2.3.2.	Características.....	69
2.3.3.	Pressupostos processuais.....	70
2.3.3.1.	Pressupostos processuais subjetivos (juiz/juízo) .....	71
2.3.3.1.1.	Investidura .....	71
2.3.3.1.2.	Imparcialidade .....	71
2.3.3.1.3.	Competência .....	73
2.3.3.2.	Pressupostos processuais subjetivos (partes) .....	73
2.3.3.2.1.	Capacidade de ser parte .....	73
2.3.3.2.2.	Capacidade de estar em juízo .....	74
2.3.3.2.3.	Capacidade postulatória.....	75
2.3.3.3.	Pressupostos processuais objetivos .....	76
2.3.3.3.1.	Pressupostos processuais objetivos extrínsecos .....	76
2.3.3.3.2.	Pressupostos processuais objetivos intrínsecos .....	77
2.3.3.3.2.1.	Demanda .....	77
2.3.3.3.2.2.	Petição inicial apta.....	78
2.3.3.3.2.3.	Citação válida.....	78
2.3.3.3.2.4.	Regularidade formal.....	79
2.4.	Princípios Processuais .....	79
2.4.1.	Devido processo legal.....	79
2.4.2.	Contraditório .....	81
2.4.2.1.	Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação .....	81
2.4.2.2.	Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz.....	83
2.4.2.3.	Contraditório como forma de evitar surpresa às partes.....	84
2.4.2.4.	Contraditório inútil.....	85
2.4.2.5.	Contraditório diferido (ou postecipado).....	86
2.4.3.	Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório).....	89
2.4.4.	Motivação das decisões .....	90
2.4.5.	Isonomia .....	93
2.4.6.	Publicidade dos atos processuais.....	97
2.4.7.	Princípio da economia processual.....	100
2.4.8.	Princípio da instrumentalidade das formas .....	102

2.4.9. Princípio da razoável duração do processo.....	104
2.4.10. Princípio da cooperação .....	106
2.4.11. Princípio da boa-fé e lealdade processual .....	107
<b>3. AÇÃO .....</b>	<b>115</b>
3.1. Teorias da ação.....	115
3.1.1. Teoria imanentista (civilista) .....	115
3.1.2. Teoria concreta da ação .....	116
3.1.3. Teoria abstrata do direito de ação .....	117
3.1.4. Teoria eclética.....	118
3.1.5. Teoria da asserção .....	119
3.2. Condições da ação.....	121
3.2.1. Introdução.....	121
3.2.2. Possibilidade jurídica do pedido .....	122
3.2.3. Interesse de agir.....	124
3.2.4. Legitimidade .....	126
3.3. Elementos da ação.....	128
3.3.1. Introdução.....	128
3.3.2. Partes.....	129
3.3.3. Pedido.....	131
3.3.3.1. Certeza e determinação do pedido .....	131
3.3.3.2. Pedidos genéricos .....	132
3.3.3.2.1. Universalidade de bens .....	132
3.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impos- sível a fixação do valor do dano.....	132
3.3.3.2.3. Valor a depender de ato a ser praticado pelo réu .....	135
3.3.3.3. Pedido implícito .....	135
3.3.3.4. Cumulação de pedidos .....	138
3.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedi- dos.....	138
3.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser in- compatíveis entre si.....	140
3.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos.....	140
3.3.3.4.1.3. Identidade procedimental ....	141
3.3.3.4.2. Espécies de cumulação.....	142
3.3.4. Causa de pedir .....	144

<b>4. COMPETÊNCIA.....</b>	<b>149</b>
4.1. Introdução.....	149
4.2. Competência relativa e absoluta.....	150
4.2.1. Competência relativa.....	151
4.2.1.1. Legitimado para arguir a incompetência relativa.....	151
4.2.1.2. Reconhecimento de ofício da incompetência relativa.....	153
4.2.1.3. Momento para alegação da incompetência relativa...	156
4.2.1.4. Forma de alegação da afronta à regra de competência relativa.....	157
4.2.1.5. Acolhimento da exceção e atos processuais já praticados.....	159
4.2.2. Competência absoluta.....	160
4.2.2.1. Legitimado para arguir a incompetência absoluta ...	160
4.2.2.2. Forma de alegação da incompetência absoluta .....	161
4.2.2.3. Reconhecimento da incompetência absoluta – atos praticados .....	162
4.2.2.4. Momento de arguição da incompetência absoluta...	163
4.2.3. Esquema comparativo entre competência absoluta e competência relativa .....	164
4.3. Critérios para fixação da competência.....	165
4.4. Competência internacional .....	166
4.4.1. Introdução – princípio da efetividade.....	166
4.4.2. Competência internacional concorrente e exclusiva .....	166
4.4.3. Litispendência internacional.....	168
4.5. Espécies de competência.....	169
4.5.1. Competência territorial.....	169
4.5.1.1. Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 94 do CPC .....	170
4.5.1.2. Direito real imobiliário – art. 95 do CPC .....	171
4.5.1.3. Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade e ações em que o espólio for réu – art. 96 do CPC .....	173
4.5.1.4. Réu ausente – art. 97 do CPC.....	175
4.5.1.5. Réu incapaz – art. 98 do CPC.....	175
4.5.1.6. União .....	175
4.5.1.7. Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF... ..	177
4.5.1.8. Ação de separação, conversão de separação em divórcio e anulação de casamento – art. 100, I, do CPC .....	178

4.5.1.9.	Ação de alimentos – art. 100, II, do CPC.....	180
4.5.1.10.	Anulação de títulos extraviados ou destruídos – art. 100, III, do CPC.....	181
4.5.1.11.	Pessoa jurídica como réu – art. 100, IV, <i>a</i> , do CPC ...	181
4.5.1.12.	Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 100, IV, <i>b</i> , do CPC .....	182
4.5.1.13.	Sociedade que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 100, IV, <i>c</i> , do CPC .....	183
4.5.1.14.	Obrigação a ser cumprida – art. 100, IV, <i>d</i> , do CPC...	183
4.5.1.15.	Reparação de dano – art. 100, V, do CPC .....	183
4.5.1.16.	Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 100, V, <i>b</i> , do CPC.....	184
4.5.1.17.	Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 100, parágrafo único, do CPC .....	184
4.5.2.	Competência funcional.....	186
4.5.2.1.	Conceito.....	186
4.5.2.2.	Competência funcional ou competência territorial absoluta? .....	187
4.5.2.2.1.	Art. 95 do CPC – ações reais imobiliárias .....	188
4.5.2.2.2.	Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública .....	188
4.5.3.	Competência em razão da matéria .....	189
4.5.4.	Competência em razão da pessoa .....	190
4.5.5.	Competência em razão do valor da causa .....	191
4.5.5.1.	Juizados Especiais Estaduais – Lei 9.099/1995.....	191
4.5.5.2.	Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001.....	192
4.5.5.3.	Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009.....	193
4.5.5.4.	Foros regionais (distritais) .....	194
4.6.	Competência da Justiça Federal .....	194
4.6.1.	Competência em razão da pessoa ( <i>ratione personae</i> ).....	195
4.6.1.1.	Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”...	195
4.6.1.1.1.	Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal.....	195



4.6.1.1.2.	Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo..	196
4.6.1.1.3.	União Federal e ação de usucapião .....	197
4.6.1.1.4.	Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual .....	197
4.6.1.1.5.	Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta .....	199
4.6.1.2.	Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País” .....	200
4.6.1.3.	Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais” .....	200
4.6.2.	Competência em razão da matéria ( <i>ratio materiae</i> ).....	201
4.6.2.1.	Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional”.....	201
4.6.2.2.	Inciso X – “(…), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”.....	201
4.6.2.3.	Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas” .....	201
4.6.2.4.	Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”.....	202
4.7.	Prorrogação de competência .....	202
4.7.1.	Conceito.....	202
4.7.2.	Prorrogação legal.....	203
4.7.2.1.	Conexão e continência.....	203
4.7.2.1.1.	Conceito .....	203
4.7.2.1.2.	Identidade da causa de pedir ou pedido – integral ou parcial? .....	206
4.7.2.1.3.	<i>Ratio</i> da conexão e a insuficiência do disposto no art. 103 do CPC .....	207
4.7.2.1.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão... ..	208
4.7.2.2.	Ausência de ingresso pelo réu de exceção declinatória de foro.....	210
4.7.3.	Prorrogações voluntárias .....	210
4.7.3.1.	Eleição de foro .....	210
4.7.3.2.	Vontade unilateral do autor.....	212

4.8.	Prevenção .....	212
4.8.1.	Conceito .....	212
4.8.2.	Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição .....	212
4.9.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 87 do CPC .....	214
4.10.	Conflito de competência .....	216
4.10.1.	Conceito .....	216
4.10.2.	Legitimidade .....	217
4.10.3.	Competência para o julgamento do conflito .....	218
4.10.4.	Procedimento .....	219
<b>5.</b>	<b>LITISCONSÓRCIO .....</b>	<b>223</b>
5.1.	Conceito .....	223
5.2.	Hipóteses de cabimento .....	224
5.3.	Classificação do litisconsórcio .....	225
5.3.1.	Litisconsórcio ativo, passivo e misto .....	226
5.3.2.	Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente) .....	226
5.3.3.	Litisconsórcio necessário ou facultativo .....	227
5.3.4.	Litisconsórcio unitário e simples .....	229
5.4.	Limitação do litisconsórcio facultativo .....	230
5.4.1.	Reconhecimento de ofício pelo juiz .....	230
5.4.2.	Pedido da parte .....	231
5.4.3.	Litisconsórcio recusável? .....	231
5.4.4.	Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo .....	232
5.5.	Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções .....	236
5.6.	Litisconsórcio ativo necessário? .....	238
5.7.	Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro? .....	243
5.8.	Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário .....	244
5.9.	Litisconsórcio alternativo e sucessivo .....	246
5.10.	Dinâmica entre os litisconsortes .....	247
5.10.1.	Atos de disposição de direito .....	249
5.10.2.	Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 320, I, do CPC) .....	249
5.10.3.	Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 509, <i>caput</i> , do CPC) .....	250
5.10.4.	Produção da prova .....	251

5.10.5. A confissão e o litisconsórcio .....	251
5.10.6. Prazo para os litisconsortes .....	253
<b>6. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....</b>	<b>257</b>
6.1. Intervenções típicas e atípicas.....	257
6.1.1. Processo/fase de conhecimento.....	258
6.1.1.1. <i>Amicus curiae</i> .....	258
6.1.1.2. Intervenções da Lei 9.469/1997.....	265
6.1.1.3. Ação de alimentos .....	266
6.1.2. Processo/fase de execução .....	270
6.1.3. Processo cautelar .....	270
6.2. Assistência .....	271
6.2.1. Introdução.....	271
6.2.2. Assistência simples (adesiva).....	272
6.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada).....	273
6.2.3.1. Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo unitário?.....	274
6.2.4. Procedimento da assistência.....	275
6.2.5. Os poderes do assistente simples.....	278
6.2.6. Os poderes do assistente litisconsorcial.....	280
6.2.7. Imutabilidade da justiça da decisão .....	280
6.2.8. Justiça da decisão e coisa julgada.....	281
6.3. Oposição .....	285
6.3.1. Conceito e natureza jurídica .....	285
6.3.2. Espécies de oposição .....	287
6.3.2.1. Intervenção de terceiro (art. 59 do CPC).....	287
6.3.2.2. Oposição como ação.....	287
6.3.2.3. Oposição após a sentença?.....	288
6.3.3. Procedimento .....	288
6.3.4. Recurso cabível contra decisão da oposição .....	290
6.3.5. Demanda bifronte .....	291
6.4. Nomeação à autoria.....	292
6.4.1. Conceito.....	292
6.4.2. Hipóteses de cabimento.....	293
6.4.2.1. Nomeação à autoria pelo mero detentor (art. 62 do CPC).....	294
6.4.2.2. Nomeação à autoria pelo mandatário em demandas de reparação de dano (art. 63 do CPC).....	294

6.4.3.	Procedimento .....	296
6.5.	Denúnciação da lide .....	299
6.5.1.	Conceito.....	299
6.5.2.	Hipóteses de cabimento.....	300
6.5.2.1.	Denúnciação da lide pelo comprador evicto.....	300
6.5.2.2.	Denúnciação da lide do possuidor direto (art. 70, II, do CPC).....	302
6.5.2.3.	Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 70, III, do CPC).....	302
6.5.3.	Obrigatoriedade.....	304
6.5.4.	Qualidade processual do denunciado .....	305
6.5.5.	Denúnciação sucessiva.....	308
6.5.6.	Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	309
6.5.7.	Procedimento da denúnciação pelo réu.....	310
6.6.	Chamamento ao processo.....	317
6.6.1.	Conceito.....	317
6.6.2.	Hipóteses de cabimento.....	319
6.6.3.	Procedimento .....	320
6.6.4.	Chamamento ao processo no direito do consumidor .....	321
<b>7.</b>	<b>PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....</b>	<b>323</b>
7.1.	Introdução .....	323
7.2.	Sumariedade formal.....	324
7.3.	Valor da causa (art. 275, I, do CPC) .....	325
7.4.	Matérias (art. 275, II, do CPC).....	326
7.4.1.	Arrendamento rural e parceria agrícola .....	326
7.4.2.	Cobranças ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio .....	327
7.4.3.	Ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.....	327
7.4.4.	Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.....	327
7.4.5.	Cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução.....	328
7.4.6.	Cobrança de honorários de profissionais liberais .....	328
7.4.7.	Causas que versem sobre a revogação de doação .....	328
7.4.8.	Demais casos previstos em lei .....	328
7.5.	Petição inicial .....	329

7.6.	Citação .....	330
7.7.	Audiência de conciliação .....	331
7.8.	Presença das partes e patronos na audiência de conciliação.....	333
7.9.	Resposta do réu .....	334
7.10.	Casos de conversão em rito ordinário.....	335
7.11.	Intervenção de terceiros.....	336
<b>8.</b>	<b>VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>339</b>
8.1.	Introdução .....	339
8.2.	Vício e nulidade .....	340
8.3.	Classificação.....	342
8.4.	Mera irregularidade .....	343
8.5.	Nulidades relativas.....	344
8.6.	Nulidade absoluta .....	346
8.7.	Inexistência jurídica.....	348
8.8.	Efeito expansivo e confinamento das nulidades.....	348
<b>LIVRO II</b>		
<b>CONHECIMENTO</b>		
<b>9.</b>	<b>PETIÇÃO INICIAL.....</b>	<b>353</b>
9.1.	Introdução .....	353
9.2.	Requisitos estruturais da petição inicial .....	354
9.2.1.	Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial....	354
9.2.2.	Indicação das partes e sua qualificação.....	355
9.2.3.	Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido.....	357
9.2.4.	Pedido.....	358
9.2.5.	Valor da causa .....	358
9.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados .....	360
9.2.7.	Requerimento para citação do réu.....	361
9.3.	Documentos indispensáveis à propositura da demanda.....	362
<b>10.</b>	<b>POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL.....</b>	<b>363</b>
10.1.	Introdução .....	363

10.2.	Emenda da petição inicial .....	364
10.3.	Indeferimento da petição inicial .....	366
10.3.1.	Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação.....	366
10.3.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial (art. 295, parágrafo único, do CPC).....	367
10.3.2.1.	Inépcia da petição inicial .....	367
10.3.2.2.	Manifesta ilegitimidade de parte.....	368
10.3.2.3.	Falta de interesse de agir.....	369
10.3.2.4.	Prescrição e decadência.....	369
10.3.2.5.	Procedimento inadequado.....	369
10.3.2.6.	Ausência de indicação do nome do patrono do autor e não realização de emenda .....	370
10.4.	Julgamento de improcedência liminar.....	372
10.4.1.	Introdução.....	372
10.4.2.	Requisitos para o julgamento de improcedência liminar.....	373
10.4.3.	Conduta do juiz.....	374
10.4.4.	Julgamento parcial de improcedência liminar?.....	375
10.4.5.	Julgamento da apelação pelo tribunal.....	376
10.5.	Citação .....	379
10.5.1.	Conceito.....	379
10.5.2.	Efeitos da citação.....	382
10.5.2.1.	Efeitos processuais .....	382
10.5.2.1.1.	Indução à litispendência .....	382
10.5.2.1.2.	Prevenção do juízo .....	383
10.5.2.1.3.	Estabilização da demanda.....	384
10.5.2.2.	Efeitos materiais.....	385
10.5.2.2.1.	Tornar a coisa litigiosa.....	385
10.5.2.2.2.	Interrupção da prescrição.....	386
10.5.2.2.3.	Constituição em mora do devedor.....	387
10.5.3.	Modalidades de citação .....	389
10.5.3.1.	Correio.....	389
10.5.3.2.	Oficial de justiça.....	391
10.5.3.3.	Edital .....	394
10.5.3.4.	Meio eletrônico.....	397
<b>11.</b>	<b>RESPOSTAS DO RÉU.....</b>	<b>399</b>
11.1.	Introdução .....	399
11.2.	Reconhecimento jurídico do pedido.....	402
11.3.	Impugnação ao valor da causa .....	403

11.4.	Impugnação à concessão dos benefícios da assistência judiciária.....	406
11.5.	Contestação .....	413
11.5.1.	Defesas processuais .....	414
11.5.1.1.	Defesas dilatórias.....	414
11.5.1.1.1.	Inexistência ou nulidade de citação (art. 301, I, do CPC) .....	414
11.5.1.1.2.	Incompetência absoluta do juízo (art. 301, II, do CPC).....	415
11.5.1.1.3.	Conexão/continência (art. 301, VII, do CPC).....	415
11.5.1.2.	Defesas peremptórias .....	416
11.5.1.2.1.	Inépcia da petição inicial (art. 301, III, do CPC).....	416
11.5.1.2.2.	Perempção (art. 301, IV, do CPC).....	416
11.5.1.2.3.	Litispêndência (art. 301, V, do CPC).....	417
11.5.1.2.4.	Coisa julgada (art. 301, VI, do CPC).....	418
11.5.1.2.5.	Convenção de arbitragem (art. 301, IX, do CPC).....	418
11.5.1.2.6.	Carência da ação (art. 301, X, do CPC)....	419
11.5.1.3.	Defesas dilatórias potencialmente peremptórias.....	419
11.5.1.3.1.	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 301, VIII, do CPC) .....	419
11.5.1.3.2.	Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar (art. 301, XI, do CPC) .....	420
11.5.2.	Defesas de mérito.....	420
11.5.2.1.	Defesa de mérito direta.....	421
11.5.2.2.	Defesa de mérito indireta .....	421
11.5.3.	Princípio da impugnação específica dos fatos .....	422
11.5.4.	Princípio da eventualidade .....	423
11.6.	Exceções rituais .....	424
11.6.1.	Teoria geral das exceções.....	427
11.6.1.1.	Legitimidade para alegação.....	427
11.6.1.2.	Momento de alegação .....	427
11.6.1.3.	Órgão competente para decidir a exceção .....	428
11.6.1.4.	Prazo para a interposição da exceção .....	428
11.6.1.5.	Termo inicial da contagem de prazo .....	429
11.6.1.6.	Momento de suspensão do procedimento principal...	429
11.6.1.6.1.	Suspensão imprópria .....	430

11.6.1.6.2. Momento final da suspensão.....	430
11.6.2. Exceção de incompetência relativa.....	431
11.6.2.1. Prazo de interposição.....	431
11.6.2.2. Forma de alegação.....	431
11.6.2.3. Interposição no foro de domicílio do réu.....	432
11.6.2.4. Conteúdo da exceção de incompetência.....	433
11.6.2.5. Procedimento da exceção.....	434
11.6.3. Exceção de suspeição e impedimento.....	435
11.6.3.1. Procedimento.....	436
11.7. Reconvenção.....	439
11.7.1. Conceito.....	439
11.7.2. Condições da ação.....	440
11.7.2.1. Legitimidade de parte.....	440
11.7.2.2. Interesse de agir.....	443
11.7.2.3. Possibilidade jurídica do pedido.....	445
11.7.3. Pressupostos processuais.....	446
11.7.4. Procedimento.....	447
11.8. Ação declaratória incidental.....	450
11.8.1. Ação declaratória incidental e reconvenção.....	451
<b>12. REVELIA.....</b>	<b>453</b>
12.1. Conceito.....	453
12.2. Efeitos.....	454
12.2.1. Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros.....	454
12.2.2. Desnecessidade de intimação do réu revel.....	457
12.2.3. Julgamento antecipado do mérito.....	458
12.3. Modificação objetiva da demanda.....	459
12.4. Ingresso do réu revel no processo.....	460
12.4.1. Participação do réu revel no procedimento probatório.....	461
12.4.1.1. Provas causais.....	461
12.4.1.2. Provas pré-constituídas.....	462
<b>13. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....</b>	<b>467</b>
13.1. Providências preliminares.....	467
13.2. Julgamento conforme o estado do processo.....	469



13.2.1. Introdução.....	469
13.2.2. Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	469
13.2.3. Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 269, II a V, do CPC.....	470
13.2.4. Julgamento antecipado da lide .....	471
13.2.5. Saneamento do processo.....	476
<b>14 PROVAS.....</b>	<b>481</b>
14.1. Teoria geral das provas.....	481
14.1.1. Conceito de prova .....	481
14.1.2. Espécies de prova .....	482
14.1.3. A verdade possível e a verossimilhança.....	483
14.1.4. A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real”.....	484
14.1.5. Direito à prova no processo civil.....	486
14.1.6. Objeto da prova .....	487
14.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 334 do CPC).....	487
14.1.6.2. Relevância e pertinência.....	488
14.1.6.3. Fatos notórios.....	488
14.1.6.4. Ausência de controvérsia .....	489
14.1.6.5. Presunção.....	489
14.1.6.6. Prova do direito (art. 337 do CPC).....	491
14.1.7. Ônus da prova.....	492
14.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova (art. 333 do CPC).....	493
14.1.7.2. Inversão do ônus da prova.....	495
14.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova.....	497
14.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais .....	498
14.1.8. Os poderes instrutórios do juiz.....	500
14.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória .....	502
14.1.10. Valoração da prova.....	503
14.1.11. Prova emprestada.....	505
14.1.12. Prova ilícita.....	507
14.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas.....	508
14.1.13. Provas atípicas .....	510
14.2. Provas em espécie .....	512
14.2.1. Depoimento pessoal.....	512

14.2.1.1. Conceito.....	512
14.2.1.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal.....	513
14.2.1.3. Consequências do depoimento pessoal.....	514
14.2.1.4. Procedimento.....	516
14.2.1.5. Diferenças entre interrogatório e depoimento pessoal.....	517
14.2.2. Da confissão.....	519
14.2.2.1. Conceito.....	519
14.2.2.2. Espécies de confissão.....	520
14.2.2.3. Indivisibilidade da confissão.....	521
14.2.2.4. Invalidação da confissão.....	522
14.2.3. Da exibição de documento ou coisa.....	525
14.2.3.1. Conceito.....	525
14.2.3.2. Aspectos procedimentais comuns.....	526
14.2.3.3. Procedimento contra a parte contrária.....	527
14.2.3.4. Procedimento contra terceiro.....	529
14.2.4. Da prova documental.....	532
14.2.4.1. Conceito.....	532
14.2.4.2. Documento público e sua força probante.....	533
14.2.4.3. Documento particular e sua força probante.....	534
14.2.4.4. Incidente de falsidade documental.....	535
14.2.4.4.1. Natureza jurídica e objeto.....	535
14.2.4.4.2. Procedimento.....	536
14.2.4.5. Produção da prova documental.....	538
14.2.5. Da prova testemunhal.....	541
14.2.5.1. Conceito.....	541
14.2.5.2. Cabimento.....	542
14.2.5.3. Sujeitos que podem testemunhar.....	543
14.2.5.4. Direitos e deveres da testemunha.....	544
14.2.5.5. Produção da prova testemunhal.....	546
14.2.6. Da prova pericial.....	553
14.2.6.1. Conceito e espécies.....	553
14.2.6.2. Cabimento.....	554
14.2.6.3. Procedimento.....	555
14.2.6.3.1. Indicação do perito.....	555
14.2.6.3.2. Escusa do perito.....	556
14.2.6.3.3. Prova pericial complexa.....	556
14.2.6.3.4. Substituição do perito.....	557

14.2.6.3.5. Atos preparatórios.....	558
14.2.6.3.6. Intimação prévia das partes.....	560
14.2.6.3.7. Apresentação do laudo.....	560
14.2.6.4. Prova pericial e audiência de instrução e julgamento .....	560
14.2.6.5. Segunda perícia.....	561
14.2.6.6. Princípio da persuasão racional e a prova pericial....	562
14.2.7. Da inspeção judicial.....	566
14.2.7.1. Conceito.....	566
14.2.7.2. Procedimento .....	566
<b>15. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO .....</b>	<b>569</b>
15.1. Introdução .....	569
15.2. Procedimento.....	571
15.2.1. Abertura e pregão das partes .....	572
15.2.2. Conciliação (tentativa de autocomposição).....	572
15.2.3. Fixação dos pontos controvertidos .....	574
15.2.4. Esclarecimentos do perito.....	574
15.2.5. Depoimento pessoal.....	575
15.2.6. Oitiva das testemunhas.....	575
15.2.7. Debates orais .....	575
15.2.8. Prolação da sentença .....	576
15.3. Audiência una e contínua.....	577
15.4. Adiamento da audiência .....	578
<b>16. SENTENÇA .....</b>	<b>581</b>
16.1. Conceito legal de sentença.....	581
16.2. Classificação das sentenças.....	585
16.2.1. Conteúdo da sentença.....	585
16.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária.....	585
16.2.1.2. Sentença meramente declaratória .....	586
16.2.1.3. Sentença constitutiva.....	588
16.2.1.4. Sentença condenatória .....	589
16.2.1.5. Sentença executiva <i>lato sensu</i> .....	590
16.2.1.6. Sentença mandamental.....	591
16.2.2. Resolução de mérito.....	591

16.2.2.1.	Sentenças terminativas (art. 267 do CPC).....	592
16.2.2.1.1.	Indeferimento da petição inicial.....	592
16.2.2.1.2.	Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes.....	592
16.2.2.1.3.	Abandono do processo.....	593
16.2.2.1.4.	Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.....	595
16.2.2.1.5.	Perempção, coisa julgada e litispendência.....	596
16.2.2.1.6.	Carência da ação.....	597
16.2.2.1.7.	Convenção de arbitragem.....	598
16.2.2.1.8.	Desistência da ação.....	599
16.2.2.1.9.	Direitos intransmissíveis.....	600
16.2.2.1.10.	Confusão entre autor e réu.....	601
16.2.2.2.	Sentenças definitivas (art. 269 do CPC).....	602
16.2.2.2.1.	Acolhimento ou rejeição do pedido.....	603
16.2.2.2.2.	Reconhecimento jurídico do pedido.....	604
16.2.2.2.3.	Transação.....	604
16.2.2.2.4.	Prescrição e decadência.....	605
16.2.2.2.5.	Renúncia.....	605
16.3.	Requisitos da sentença.....	605
16.3.1.	Relatório.....	606
16.3.2.	Fundamentação.....	606
16.3.3.	Dispositivo.....	607
16.3.4.	Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença.....	608
16.4.	Princípio da congruência.....	608
16.4.1.	Conceito.....	608
16.4.2.	Exceções ao princípio da congruência.....	610
16.5.	Sentença <i>extra petita</i> .....	611
16.5.1.	Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i> .....	612
16.6.	Sentença <i>ultra petita</i> .....	613
16.6.1.	Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i> .....	614
16.7.	Sentença <i>citra petita</i> ( <i>infra petita</i> ).....	614
16.7.1.	Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i> .....	616
16.8.	Modificação da sentença pelo juízo sentenciante.....	618
16.9.	Situação fática do momento da prolação da sentença.....	618
16.10.	Capítulos de sentença.....	620

<b>17. COISA JULGADA.....</b>	<b>621</b>
17.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	621
17.2. Coisa julgada total e parcial.....	622
17.3. Conceito e natureza jurídica.....	623
17.4. Função negativa da coisa julgada.....	625
17.5. Função positiva da coisa julgada.....	627
17.6. Limites objetivos da coisa julgada.....	628
17.7. Limites subjetivos da coisa julgada.....	631
17.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	634
17.9. Coisa julgada nas relações continuativas.....	636
17.10. Relativização da coisa julgada.....	637
17.10.1. Introdução.....	637
17.10.2. Coisa julgada inconstitucional.....	637
17.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional.....	642
17.11. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	647
17.12. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	651

### LIVRO III

#### MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

<b>18. CONCEITO DE RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS.....</b>	<b>655</b>
18.1. Introdução.....	655
18.1.1. Sucedâneos recursais internos.....	657
18.1.1.1. Reexame necessário.....	657
18.1.1.2. Correição parcial.....	661
18.1.1.3. Pedido de reconsideração.....	662
18.1.1.4. Impugnação e embargos à execução.....	665
18.1.2. Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação).....	665
<b>19. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS.....</b>	<b>667</b>
19.1. Introdução.....	667
19.2. Objeto imediato do recurso.....	667
19.3. Fundamentação recursal (causa de pedir).....	668

19.4.	Abrangência da matéria impugnada .....	669
19.5.	Independência ou subordinação .....	670
<b>20.</b>	<b>EFEITOS DOS RECURSOS .....</b>	<b>675</b>
20.1.	Introdução .....	675
20.2.	Efeito obstativo .....	675
20.3.	Efeito devolutivo.....	676
20.4.	Efeito suspensivo .....	680
20.5.	Efeito translativo .....	684
20.6.	Efeito expansivo.....	687
20.7.	Efeito substitutivo .....	689
20.8.	Efeito regressivo .....	690
20.9.	Efeito diferido .....	690
<b>21.</b>	<b>PRINCÍPIOS RECURSAIS.....</b>	<b>691</b>
21.1.	Duplo grau de jurisdição .....	691
21.1.1.	Conceito.....	691
21.1.2.	Vantagens do duplo grau de jurisdição.....	693
21.1.3.	Desvantagens do duplo grau de jurisdição.....	694
21.1.4.	O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?.....	695
21.2.	Taxatividade (legalidade).....	696
21.3.	Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade) .....	697
21.4.	Voluntariedade .....	699
21.5.	Dialeticidade.....	700
21.6.	Fungibilidade.....	701
21.6.1.	Dúvida fundada a respeito do recurso cabível.....	702
21.6.2.	Inexistência de erro grosseiro.....	704
21.6.3.	Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor.....	705
21.7.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	707
21.8.	Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	709
21.9.	Complementaridade.....	710
21.10.	Consumação .....	711

<b>22. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE .....</b>	<b>713</b>
22.1. Introdução .....	713
22.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal.....	715
22.2.1. Cabimento.....	715
22.2.2. Legitimidade recursal .....	717
22.2.2.1. Partes .....	718
22.2.2.2. Terceiro prejudicado.....	719
22.2.2.3. Ministério Público.....	721
22.2.3. Interesse recursal.....	721
22.2.3.1. Necessidade .....	721
22.2.3.2. Adequação.....	724
22.2.4. Inexistência de ato impeditivo ou extinto do direito de recorrer .....	725
22.2.4.1. Desistência.....	725
22.2.4.2. Renúncia.....	728
22.2.4.3. Aquiescência.....	729
22.3. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal.....	730
22.3.1. Tempestividade .....	730
22.3.2. Preparo .....	735
22.3.3. Regularidade formal .....	739
<b>23. JUÍZO DE MÉRITO.....</b>	<b>743</b>
23.1. Introdução .....	743
23.2. Causa de pedir: <i>error in procedendo</i> e <i>error in iudicando</i> .....	744
23.3. Pedido .....	745
<b>24. APELAÇÃO .....</b>	<b>747</b>
24.1. Cabimento.....	747
24.2. Procedimento.....	749
24.2.1. Introdução.....	749
24.2.2. Procedimento no 1.º grau de jurisdição .....	749
24.2.3. Procedimento no tribunal de segundo grau .....	753
24.3. Súmula impeditiva de recursos (art. 518, § 1.º, do CPC).....	754
24.4. Saneamento de vícios durante o julgamento da apelação (art. 515, § 4.º, do CPC).....	756
24.5. Novas questões de fato (art. 517 do CPC) .....	758
24.6. Teoria da causa madura .....	760

<b>25. AGRAVO</b> .....	<b>763</b>
25.1. Introdução .....	763
25.2. Agravos contra decisões interlocutórias de primeiro grau.....	763
25.2.1. Cabimento de agravo retido e de agravo de instrumento.....	763
25.2.1.1. Agravo retido.....	767
25.2.1.1.1. Agravo retido interposto de forma escrita....	767
25.2.1.1.2. Juízo de retratação e termo inicial de prazo para as contrarrazões.....	768
25.2.1.1.3. Agravo retido oral .....	769
25.2.1.1.4. Tempo de duração do agravo retido.....	770
25.2.1.1.5. A postura do agravado diante da interposição oral do agravo retido.....	770
25.2.1.1.6. A conversão do agravo de instrumento em retido .....	771
25.2.1.1.7. Pedido de julgamento na apelação ou contrarrazões.....	774
25.2.1.1.8. Julgamento do agravo retido no tribunal .....	776
25.2.1.2. Agravo de instrumento.....	777
25.2.1.2.1. Instrução do agravo de instrumento – peças processuais .....	777
25.2.1.2.1.1. Peças obrigatórias.....	780
25.2.1.2.1.2. Peças facultativas .....	781
25.2.1.2.1.3. Peças essenciais .....	782
25.2.1.2.2. Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau.....	783
25.2.1.2.3. Procedimento.....	786
25.2.1.2.3.1. Distribuição (art. 527, <i>caput</i> , do CPC).....	786
25.2.1.2.3.2. Negativa de seguimento liminar (art. 527, I, do CPC) .....	787
25.2.1.2.3.3. Conversão em agravo retido... ..	788
25.2.1.2.3.4. Tutela de urgência.....	789
25.2.1.2.3.5. Requisição de informações ... ..	792
25.2.1.2.3.6. Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões .....	792
25.2.1.2.3.7. Oitiva do Ministério Público....	794



	25.2.1.2.3.8. Julgamento do agravo.....	794
	25.2.1.2.3.9. Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença.....	794
25.3.	Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau.....	798
25.3.1.	Agravo regimental.....	799
25.3.2.	Agravo interno.....	801
25.3.2.1.	Julgamento de conflito de competência (art. 120, parágrafo único).....	801
25.3.2.2.	Juízo de admissibilidade dos embargos infringentes. Decisão que nega conhecimento ao recurso (art. 532 do CPC).....	801
25.3.2.3.	Decisão que não admite o agravo contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e recurso extraordinário.....	802
25.3.2.4.	Decisão monocrática do relator com base no art. 557 do CPC.....	803
25.3.2.5.	Procedimento.....	807
25.3.2.5.1.	Juízo de retratação.....	807
25.3.2.5.2.	Inclusão em pauta.....	808
25.3.2.5.3.	Contraditório.....	809
25.3.2.5.4.	Agravo interno manifestamente inadmis- sível ou infundado.....	809
25.3.3.	Agravo contra decisão denegatória de seguimento de recursos especial e extraordinário.....	811
25.3.3.1.	Introdução.....	811
25.3.3.2.	Cabimento.....	811
25.3.3.3.	Procedimento.....	812
<b>26.</b>	<b>EMBARGOS INFRINGENTES.....</b>	<b>817</b>
26.1.	Cabimento.....	817
26.1.1.	Hipóteses atípicas de cabimento.....	819
26.2.	Objeto dos embargos infringentes.....	821
26.3.	Efeitos dos embargos infringentes.....	823
26.4.	Procedimento.....	824
<b>27.</b>	<b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....</b>	<b>829</b>
27.1.	Natureza jurídica.....	829

27.2.	Cabimento.....	831
27.2.1.	Pronunciamentos recorríveis.....	831
27.2.2.	Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração.....	833
27.3.	Procedimento.....	836
27.4.	Efeito interruptivo dos embargos de declaração.....	838
27.4.1.	Embargos de declaração intempestivos .....	838
27.5.	Embargos de declaração – intempestividade <i>ante tempus</i> .....	839
27.6.	Manifesto caráter protelatório .....	840
27.7.	Embargos de declaração atípicos.....	843
27.7.1.	Embargos de declaração com efeito modificativo .....	845
27.7.2.	Embargos de declaração com efeitos infringentes .....	845
<b>28.</b>	<b>RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>847</b>
28.1.	Introdução.....	847
28.2.	Cabimento.....	849
28.2.1.	Causas internacionais .....	849
28.2.2.	Recurso ordinário em mandado de segurança.....	850
28.2.3.	Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção ...	851
<b>29.</b>	<b>RECURSO ESPECIAL .....</b>	<b>853</b>
29.1.	Hipóteses de cabimento .....	853
29.1.1.	Pressupostos cumulativos .....	853
29.1.1.1.	Decisão de única ou última instância.....	853
29.1.1.2.	Decisão proferida por tribunal.....	854
29.1.1.3.	Prequestionamento .....	857
29.1.2.	Pressupostos alternativos .....	858
29.1.2.1.	Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	859
29.1.2.2.	Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	860
29.1.2.3.	Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal .....	860
<b>30.</b>	<b>RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....</b>	<b>863</b>
30.1.	Hipóteses de cabimento .....	863

30.1.1. Pressupostos cumulativos .....	863
30.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	863
30.1.1.2. Prequestionamento.....	864
30.1.1.3. Repercussão geral.....	866
30.1.2. Requisitos específicos.....	873
30.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional....	873
30.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal .....	874
30.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal .....	874
30.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal .....	875
<b>31. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL .....</b>	<b>877</b>
31.1. Procedimento.....	877
31.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito .....	880
31.3. Efeitos dos recursos federais .....	882
31.3.1. Efeito devolutivo .....	883
31.3.2. Efeito suspensivo.....	885
31.4. Recursos excepcionais retidos.....	886
31.5. Julgamento por amostragem.....	889
<b>32. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....</b>	<b>899</b>
32.1. Introdução .....	899
32.2. Cabimento.....	900
32.2.1. Acórdão embargado.....	901
32.2.2. Acórdão paradigma.....	902
<b>33. AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>907</b>
33.1. Natureza jurídica.....	907
33.2. Conceito de rescindibilidade.....	908
33.3. Objeto da rescisão .....	908
33.4. Hipóteses de cabimento .....	910
33.4.1. Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz.....	911
33.4.2. Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo.....	911

33.4.3. Dolo da parte vencedora e colusão das partes para fraudar a lei .....	913
33.4.4. Ofensa à coisa julgada.....	913
33.4.5. Violar literal disposição de lei.....	914
33.4.6. Prova falsa.....	915
33.4.7. Obtenção de documento novo .....	916
33.4.8. Fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença .....	918
33.4.9. Erro de fato.....	921
33.5. Legitimidade.....	921
33.6. Competência .....	924
33.7. Prazo .....	925
33.8. Ação executória e execução do julgado .....	928
33.9. Procedimento.....	929
33.9.1. Petição inicial.....	929
33.9.2. Reações do juiz diante da petição inicial.....	932
33.9.3. Resposta do réu.....	932
33.9.4. Atividade saneadora .....	933
33.9.5. Fase probatória .....	933
33.9.6. Manifestações finais.....	934
33.9.7. Julgamento.....	934

## LIVRO IV

### EXECUÇÃO

<b>34. FORMAS EXECUTIVAS .....</b>	<b>939</b>
34.1. Introdução .....	939
34.2. Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva .....	940
34.3. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta) .....	943
<b>35. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>947</b>
35.1. Introdução .....	947
35.2. <i>Nulla executio sine titulo</i> .....	947
35.3. Patrimonialidade.....	949
35.4. Desfecho único e disponibilidade da execução.....	949

35.5. Utilidade.....	953
35.6. Menor onerosidade .....	953
35.7. Lealdade e boa-fé processual.....	955
35.8. Contraditório .....	958
35.9. Atipicidade dos meios executivos.....	959
<b>36. PARTES NA EXECUÇÃO .....</b>	<b>961</b>
36.1. Introdução .....	961
36.2. Diferentes espécies de legitimidade na execução .....	962
36.2.1. Polo ativo.....	962
36.2.2. Polo passivo.....	963
36.3. Legitimação ativa .....	963
36.3.1. Credor a quem a lei confere título executivo .....	963
36.3.2. Legitimidade do Ministério Público .....	964
36.3.3. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores.....	966
36.3.4. Legitimidade do cessionário e do sub-rogado .....	967
36.4. Legitimidade passiva.....	967
36.4.1. Sujeito que figura no título como devedor.....	967
36.4.2. Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores.....	968
36.4.3. Novo devedor .....	968
36.4.4. Fiador judicial .....	969
36.4.5. Responsável tributário .....	971
36.4.6. Legitimidade do responsável secundário .....	972
36.5. Intervenção de terceiros na execução.....	975
36.5.1. Intervenções típicas .....	975
36.5.2. Intervenções atípicas.....	978
<b>37. COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO.....</b>	<b>979</b>
37.1. Competência da execução de título executivo judicial .....	979
37.1.1. Introdução.....	979
37.1.2. Competência executiva dos tribunais.....	979
37.1.3. Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.....	981
37.1.3.1. Exceções à regra do art. 475-P, II, do CPC.....	981
37.1.3.2. Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	983
37.1.3.3. A regra do art. 475-P, II, do CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	984

37.1.4. Competência para a fase de satisfação de sentença arbitral, decisão homologatória de sentença estrangeira e sentença penal condenatória .....	985
37.2. Competência da execução de título extrajudicial .....	987
37.3. Competência no processo de insolvência civil .....	989
<b>38. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL .....</b>	<b>991</b>
38.1. Obrigação e responsabilidade patrimonial .....	991
38.2. Inexistência de responsabilidade pessoal .....	992
38.3. Bens que respondem pela satisfação na execução .....	993
38.4. Impenhorabilidade de bens .....	994
38.4.1. Patrimônio mínimo e dignidade humana .....	994
38.4.2. As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro .....	996
38.4.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução .....	997
38.4.2.2. Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 649, II, do CPC) .....	997
38.4.2.3. Vestuários e pertencentes de uso pessoal .....	999
38.4.2.4. Ganhos aptos a manter a subsistência do executado ...	999
38.4.2.5. Bens necessários ou úteis ao exercício profissional..	1002
38.4.2.6. Seguro de vida .....	1005
38.4.2.7. Materiais necessários para obras em andamento .....	1005
38.4.2.8. Pequena propriedade rural trabalhada pela família ....	1005
38.4.2.9. Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social .....	1006
38.4.2.10. Valores depositados em caderneta de poupança .....	1007
38.4.2.11. Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político .....	1007
38.5. Responsabilidade patrimonial secundária .....	1010
38.5.1. Bens do sucessor a título singular .....	1012
38.5.2. Bens do sócio, nos termos da lei .....	1012
38.5.3. Bens do devedor, quando estiverem em poder de terceiros...	1020
38.5.4. Bens do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação respondem pela dívida .....	1021
38.5.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução .....	1025
38.6. Fraudes do devedor .....	1025

38.6.1. Fraude contra credores.....	1025
38.6.2. Fraude à execução.....	1027
38.6.3. Fraude de bem constricto judicialmente .....	1030
<b>39. TÍTULO EXECUTIVO .....</b>	<b>1033</b>
39.1. Introdução .....	1033
39.2. Títulos executivos judiciais .....	1036
39.2.1. Sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de uma obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia .....	1037
39.2.2. Sentença penal condenatória transitada em julgado .....	1041
39.2.3. Sentença homologatória de transação e de conciliação .....	1044
39.2.4. Sentença arbitral .....	1045
39.2.5. Acordo extrajudicial de qualquer natureza homologado judicialmente .....	1046
39.2.6. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça .....	1047
39.2.7. Formal e certidão de partilha.....	1048
39.3. Títulos executivos extrajudiciais.....	1049
39.3.1. Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque.....	1049
39.3.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.....	1050
39.3.3. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e de caução, bem como de seguro de vida .....	1052
39.3.4. Crédito decorrente de foro e laudêmio .....	1053
39.3.5. Crédito, documentalmete comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.....	1053
39.3.6. Crédito de serventário da justiça, de perito, de intérprete e tradutor quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial .....	1054
39.3.7. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	1055
39.3.8. Todos os demais títulos, a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.....	1057

<b>40. EXECUÇÃO PROVISÓRIA .....</b>	<b>1059</b>
40.1. Conceito .....	1059
40.2. Execução provisória de título executivo extrajudicial.....	1060
40.3. Caução na execução provisória.....	1062
40.4. Dispensa da caução.....	1065
40.5. Responsabilidade objetiva do exequente .....	1067
40.6. Formalização dos autos da execução provisória.....	1068
40.7. Execução provisória contra a Fazenda Pública .....	1069
40.8. Honorários advocatícios .....	1070
<b>41. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....</b>	<b>1075</b>
41.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis .....	1075
41.2. Títulos que podem ser objeto de liquidação .....	1077
41.3. Vedação à sentença ilíquida .....	1077
41.4. Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo ...	1079
41.5. Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?...	1080
41.6. Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada .....	1082
41.7. Liquidação como forma de frustração da execução .....	1083
41.8. Natureza jurídica da liquidação.....	1086
41.9. Legitimidade ativa.....	1087
41.10. Competência .....	1088
41.11. Regra da fidelidade ao título executivo (art. 475-G do CPC) .....	1089
41.12. Liquidação por mero cálculo aritmético do credor.....	1090
41.12.1. Introdução .....	1090
41.12.2. Dados necessários à elaboração dos cálculos em poder do executado ou de terceiros.....	1091
41.12.3. Consequência da ausência de exibição de dados.....	1091
41.12.4. Remessa dos autos ao contador.....	1093
41.12.5. Procedimento da remessa dos autos ao contador .....	1094
41.13. Liquidação por arbitramento.....	1095
41.13.1. Cabimento .....	1095
41.13.2. Procedimento.....	1096
41.14. Liquidação por artigos .....	1097



<b>42. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER .....</b>	<b>1103</b>
42.1. Introdução .....	1103
42.2. Aspectos procedimentais .....	1104
42.3. Tutela específica e conversão em perdas e danos.....	1105
42.3.1. Vontade do exequente .....	1105
42.3.2. Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente .....	1107
42.3.3. Onerosidade excessiva.....	1107
42.3.4. Procedimento da conversão em perdas e danos.....	1108
42.4. Atipicidade das formas executivas .....	1108
42.4.1. Prisão civil .....	1109
42.5. Multa coercitiva.....	1111
42.5.1. Introdução.....	1111
42.5.2. Valor da multa.....	1111
42.5.3. Beneficiado pela multa.....	1112
42.5.4. Fazenda Pública em juízo.....	1113
42.5.5. Alteração do valor e periodicidade da multa .....	1114
42.5.6. Exigibilidade da multa .....	1117
42.5.7. Termo inicial da multa e intimação do devedor .....	1119
<b>43. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA ..</b>	<b>1123</b>
43.1. Introdução .....	1123
43.2. Aspectos procedimentais.....	1124
<b>44. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA .....</b>	<b>1127</b>
44.1. Introdução .....	1127
44.2. Termo inicial de contagem da multa de 10% (art. 475-J, <i>caput</i> , do CPC).....	1127
44.3. A multa e o “pagamento”.....	1130
44.4. Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença .....	1131
44.5. Forma de provocação – requerimento.....	1133
44.6. Expedição do mandado de penhora e avaliação, observado o disposto no art. 614, II, do CPC .....	1133
44.7. Intimação do demandado e prazo para apresentação da impugnação ....	1134

44.8.	Avaliação pelo próprio oficial de justiça e somente em casos excepcionais por avaliador .....	1135
44.9.	Remessa dos autos ao arquivo.....	1136
44.10.	Honorários advocatícios .....	1137
<b>45.</b>	<b>EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....</b>	<b>1141</b>
45.1.	Introdução .....	1141
45.2.	Execução das obrigações de fazer .....	1142
45.3.	Execução das obrigações de não fazer.....	1146
45.4.	Obrigações de emitir declaração de vontade.....	1147
<b>46.</b>	<b>PROCESSO DE EXECUÇÃO DE ENTREGA DE COISA.....</b>	<b>1153</b>
46.1.	Execução de entrega de coisa certa .....	1153
46.2.	Execução de entrega de coisa incerta.....	1156
<b>47.</b>	<b>EXECUÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA .....</b>	<b>1159</b>
47.1.	Início do processo de execução.....	1160
47.1.1.	Petição inicial.....	1160
47.1.2.	Averbação da execução .....	1163
47.1.3.	Arresto executivo .....	1165
47.1.4.	Citação e pagamento.....	1166
47.1.5.	Atuação do oficial de justiça.....	1169
47.1.6.	Não localização do devedor para a intimação da penhora.....	1170
47.2.	Pagamento parcelado.....	1171
47.2.1.	Introdução.....	1171
47.2.2.	Pagamento parcelado: moratória legal?.....	1172
47.2.3.	Requisitos formais.....	1173
47.2.4.	Procedimento .....	1175
47.2.5.	Inadimplemento das parcelas .....	1175
47.3.	Penhora.....	1178
47.3.1.	Definição e efeitos.....	1178
47.3.2.	Ordem legal da penhora .....	1180
47.3.3.	Penhora de dinheiro ( <i>on-line</i> ) .....	1184
47.3.4.	Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora...	1190

47.3.5. Procedimento da penhora .....	1193
47.3.6. Substituição do bem penhorado .....	1196
47.3.7. Penhoras especiais.....	1200
47.4. Avaliação.....	1204
47.5. Formas de expropriação.....	1206
47.5.1. Introdução.....	1206
47.5.2. Adjudicação .....	1207
47.5.2.1. Introdução .....	1207
47.5.2.2. Novo sistema de adjudicação .....	1208
47.5.2.3. Momento da adjudicação .....	1209
47.5.2.4. Valor da adjudicação.....	1210
47.5.2.5. Legitimados a adjudicar.....	1211
47.5.2.6. Concurso de pretendentes à adjudicação .....	1212
47.5.2.7. Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar.....	1213
47.5.2.8. Auto de adjudicação .....	1214
47.5.2.9. Adjudicação provisória .....	1215
47.6. Alienação por iniciativa particular.....	1217
47.6.1. Introdução.....	1217
47.6.2. Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido .....	1217
47.6.3. Alienação por corretor credenciado perante a autoridade judiciária.....	1218
47.6.4. Requisitos para a alienação.....	1219
47.7. Arrematação .....	1222
47.7.1. Introdução.....	1222
47.7.2. Requisitos formais do edital da hasta pública .....	1222
47.7.3. Publicidade do edital .....	1224
47.7.4. Dispensa da publicação de editais.....	1226
47.7.5. Comunicações da hasta pública.....	1227
47.7.6. Realização da hasta pública .....	1228
47.7.7. Hasta pública eletrônica.....	1229
47.7.8. Legitimados a arrematar.....	1230
47.7.9. Procedimento da hasta pública.....	1231
47.7.10. Arrematação ineficaz .....	1234
47.7.11. Alienação antecipada.....	1237
47.8. Usufruto executivo.....	1243
47.8.1. Introdução.....	1243

47.8.2. Objeto do usufruto executivo .....	1244
47.8.3. Cabimento do usufruto executivo .....	1244
47.8.4. Momento do usufruto executivo .....	1246
47.8.5. Procedimento do usufruto executivo .....	1247
47.9. Entrega de dinheiro ao credor .....	1249
<b>48. EXECUÇÕES ESPECIAIS.....</b>	<b>1255</b>
48.1. Execução de prestação alimentícia.....	1255
48.1.1. Introdução.....	1255
48.1.2. Procedimento .....	1257
48.1.2.1. Diferentes procedimentos.....	1257
48.1.2.2. Execução por sub-rogação .....	1257
48.1.2.3. Execução indireta – prisão civil .....	1259
48.2. Execução contra a fazenda pública .....	1266
48.2.1. Introdução.....	1266
48.2.2. Procedimento .....	1268
48.2.3. Regime dos precatórios.....	1270
48.2.4. Compensação em favor da Fazenda Pública.....	1272
48.2.5. Emenda Constitucional 62/2009 (A EC do Calote) .....	1273
48.2.6. Dispensa de precatório.....	1274
48.2.7. Preterição no pagamento.....	1275
<b>49. DEFESAS DO EXECUTADO.....</b>	<b>1279</b>
49.1. Introdução .....	1279
49.2. Embargos à execução.....	1279
49.2.1. Natureza jurídica dos embargos.....	1279
49.2.2. Garantia do juízo.....	1280
49.2.3. Prazo dos embargos.....	1281
49.2.4. Rejeição liminar dos embargos.....	1284
49.2.4.1. Intempestividade dos embargos.....	1285
49.2.4.2. Inépcia da petição inicial .....	1286
49.2.4.3. Embargos manifestamente protelatórios .....	1287
49.2.5. Efeito suspensivo.....	1289
49.2.5.1. Requisitos.....	1289
49.2.5.2. Ausência de preclusão judicial.....	1291

49.2.5.3. Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo...	1293
49.2.5.4. Suspensão parcial do processo.....	1294
49.2.6. Procedimento dos embargos à execução .....	1296
49.2.6.1. Início do procedimento .....	1296
49.2.6.2. Revelia .....	1298
49.2.6.3. Outras reações .....	1299
49.2.6.4. Decisão dos embargos .....	1300
49.2.6.5. Matérias que podem ser objeto de embargos à execução.....	1302
49.2.6.5.1. Nulidade da execução, por não ser executivo o título apresentado .....	1303
49.2.6.5.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea...	1304
49.2.6.5.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	1305
49.2.6.5.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa .....	1307
49.3. Impugnação.....	1310
49.3.1. Natureza jurídica .....	1310
49.3.2. Matérias alegáveis em sede de impugnação.....	1311
49.3.2.1. Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia .....	1312
49.3.2.2. Inexigibilidade do título.....	1313
49.3.2.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1313
49.3.2.4. Ilegitimidade das partes .....	1314
49.3.2.5. Excesso de execução.....	1314
49.3.2.6. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença .....	1315
49.3.3. Procedimento .....	1316
49.4. Exceção e objeção de pré-executividade.....	1323
49.4.1. Análise histórica.....	1323
49.4.2. Problemas de terminologia .....	1323
49.4.3. Distinção entre exceção de pré-executividade e objeção de pré-executividade .....	1324
49.4.4. Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade .....	1325
49.4.5. Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade.....	1328

**LIVRO V****TUTELA DE URGÊNCIA**

<b>50. TUTELA ANTECIPADA E TUTELA CAUTELAR .....</b>	<b>1335</b>
50.1. Introdução .....	1335
50.2. Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	1337
50.2.1. Diferenças.....	1338
50.2.1.1. Natureza jurídica .....	1338
50.2.1.1.1. “Cautelares satisfativas”.....	1339
50.2.1.2. Requisitos para concessão.....	1340
50.2.1.3. Atividade oficiosa do juiz.....	1341
50.2.1.4. Autonomia.....	1343
50.2.2. Identidades.....	1346
50.2.2.1. Provisoriedade.....	1346
50.2.2.2. Cognição sumária – juízo de probabilidade .....	1347
50.2.2.3. Inexistência de satisfação jurídica .....	1348
50.2.2.4. Requisitos para concessão.....	1349
50.3. Conclusões da comparação .....	1349
50.3.1. Aplicação subsidiária da teoria geral cautelar à antecipação de tutela .....	1350
50.3.1.1. Caução.....	1350
50.3.1.2. Audiência de justificação.....	1351
50.3.1.3. Responsabilidade objetiva .....	1352
50.3.1.4. Competência .....	1353
50.3.1.5. Efeitos da apelação.....	1354
50.3.2. Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência.....	1355
 <b>51. TUTELA ANTECIPADA .....</b>	 <b>1357</b>
51.1. Introdução .....	1357
51.2. Espécies de tutela antecipada .....	1357
51.3. Antecipação de tutela de parcela incontroversa da pretensão (art. 273, § 6.º, do CPC).....	1359
51.4. Efeitos antecipáveis .....	1363
51.5. Processos e procedimentos compatíveis.....	1366
51.6. Requisitos positivos .....	1368

51.6.1. Prova inequívoca da verossimilhança da alegação .....	1368
51.6.2. Receio de dano irreparável ou de difícil reparação .....	1371
51.6.3. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu .....	1371
51.6.3.1. Abuso do direito de defesa.....	1372
51.6.3.2. Manifesto propósito protelatório do réu.....	1373
51.7. Requisito negativo – irreversibilidade .....	1374
51.8. Legitimação.....	1376
51.9. Discricionariedade e fundamentação da decisão .....	1378
51.10. Momento da antecipação.....	1379
51.10.1. <i>Inaudita altera parte</i> .....	1380
51.10.2. Sentença .....	1381
51.10.3. Fase recursal.....	1385
51.11. Eficácia temporal da tutela antecipada.....	1387
51.12. Revogação ou modificação .....	1389
51.13. Efetivação.....	1391
51.14. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública .....	1393
<b>52. TEORIA GERAL DA TUTELA CAUTELAR .....</b>	<b>1397</b>
52.1. Características .....	1397
52.1.1. Sumariedade .....	1397
52.1.2. Provisoriedade.....	1398
52.1.3. Instrumentalidade.....	1399
52.1.4. Revogabilidade.....	1400
52.2. Competência .....	1403
52.2.1. Críticas ao art. 800, <i>caput</i> , do CPC .....	1403
52.2.2. Ações cautelares probatórias .....	1405
52.2.3. Competência e prevenção do juízo .....	1406
52.2.3.1. Juízo competente e prevenção .....	1406
52.2.3.2. Juízo incompetente e prevenção.....	1406
52.2.3.3. Prevenção do juízo e cautelares probatórias.....	1407
52.2.4. Competência cautelar em grau recursal.....	1408
52.3. Mérito cautelar .....	1409
52.4. Procedimento.....	1411
52.4.1. Petição inicial.....	1411

52.4.2. Contraditório na demanda cautelar.....	1412
52.4.3. Revelia.....	1413
52.4.4. Instrução probatória .....	1413
52.4.5. Sentença .....	1414
52.5. Liminar .....	1415
52.6. Coisa julgada material.....	1417
52.7. Poder geral de cautela.....	1419
52.8. Prazo de eficácia da medida cautelar.....	1422
52.9. Cessação da eficácia da tutela cautelar.....	1424
52.9.1. Não propositura da a�o principal em 30 dias (art. 808, I, do CPC) .....	1424
52.9.2. Ausência de execu�o da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 808, II).....	1425
52.9.3. Extin�o do processo principal com ou sem resolu�o do mérito .....	1425
52.10. Responsabilidade objetiva .....	1426
52.10.1. Introdu�o.....	1426
52.10.2. Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	1427
52.10.2.1. Sentença no processo principal for desfavorável (art. 811, I, do CPC).....	1427
52.10.2.2. Obten�o da cautelar liminarmente e não promo�o de cita�o do requerido em cinco dias (art. 811, II, do CPC) .....	1427
52.10.2.3. Cessa�o da eficácia nos casos do art. 808 do CPC (art. 811, III, do CPC).....	1428
52.10.2.4. Sentença de prescri�o e decadência (art. 811, IV, do CPC) .....	1428
52.10.3. Liquida�o e execu�o .....	1428
<b>53. ARRESTO.....</b>	<b>1431</b>
53.1. Conceito .....	1431
53.2. Pressupostos para a concessão do arresto.....	1432
53.3. Aspectos procedimentais .....	1434
<b>54. SEQUESTRO .....</b>	<b>1437</b>
54.1. Conceito .....	1437
54.2. Distin�o entre arresto e sequestro .....	1438
54.3. Pressupostos para a concessão do sequestro .....	1440



<b>55. CAUÇÃO</b> .....	<b>1443</b>
55.1. Conceito .....	1443
55.2. Classificação .....	1444
55.3. <i>Cautio pro expensis</i> (caução para pagamento de custas e honorários advocatícios) .....	1446
55.4. Aspectos procedimentais .....	1447
<b>56. BUSCA E APREENSÃO</b> .....	<b>1449</b>
56.1. Conceito .....	1449
56.2. Espécies .....	1450
56.3. Procedimento .....	1451
<b>57. EXIBIÇÃO DE COISA OU DOCUMENTO</b> .....	<b>1453</b>
57.1. Conceito de exibição .....	1453
57.2. As diferentes espécies de exibição de coisa ou de documento .....	1454
57.2.1. Exibição como meio de prova durante a fase instrutória .....	1454
57.2.2. Exibição preparatória para conhecimento de dados a instruir a ação principal .....	1455
57.2.3. Exibição fundada em direito material sobre a coisa ou sobre o documento .....	1455
57.2.4. Exibição cautelar de coisa ou de documento .....	1456
57.3. Procedimento da ação autônoma exhibitória .....	1457
57.3.1. Legitimidade .....	1457
57.3.2. Petição inicial e liminar .....	1458
57.3.3. Respostas do demandado .....	1459
57.3.4. Ausência de exibição .....	1460
57.3.5. Sentença .....	1461
<b>58. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS</b> .....	<b>1463</b>
58.1. Introdução .....	1463
58.2. Legitimidade .....	1464
58.2.1. Legitimidade ativa .....	1464
58.2.2. Legitimidade passiva .....	1465
58.3. Competência .....	1466
58.3.1. Inaplicabilidade da regra estabelecida pelo art. 800 do CPC..	1466

58.3.2. Prevenção do juízo da produção antecipada de provas.....	1467
<b>58.4. Aspectos procedimentais.....</b>	<b>1468</b>
58.4.1. Petição inicial.....	1468
58.4.2. Mérito da produção antecipada de provas .....	1469
58.4.3. Liminar.....	1470
58.4.4. Respostas do requerido .....	1471
58.4.5. Preparação e realização da prova.....	1473
58.4.6. Sentença .....	1475
<b>59. ALIMENTOS PROVISIONAIS.....</b>	<b>1481</b>
59.1. Conceito e natureza jurídica.....	1481
59.2. Alimentos provisionais e alimentos provisórios .....	1482
59.3. Procedimento.....	1484
<b>60. ARROLAMENTO DE BENS .....</b>	<b>1487</b>
60.1. Visão geral.....	1487
<b>61. JUSTIFICAÇÃO .....</b>	<b>1489</b>
61.1. Introdução.....	1489
61.2. Natureza jurídica não cautelar.....	1490
61.3. Jurisdição voluntária .....	1491
61.4. Espécie de prova produzida .....	1492
61.5. Interesse na produção da prova testemunhal .....	1493
61.6. Competência .....	1494
61.7. Procedimento.....	1494
61.7.1. Petição inicial.....	1494
61.7.2. Citação dos interessados .....	1495
61.7.3. Participação do Ministério Público.....	1496
61.7.4. Não admissão de defesa.....	1497
61.7.5. Irrecorribilidade.....	1498
61.7.6. Sentença .....	1498
<b>62. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES .....</b>	<b>1501</b>
62.1. Conceito .....	1501
62.2. Natureza jurídica.....	1502
62.3. Procedimento.....	1503

<b>63. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL .....</b>	<b>1509</b>
63.1. Introdução .....	1509
63.2. Natureza jurídica.....	1510
63.3. Penhor legal e autotutela .....	1511
63.4. Procedimento.....	1512
<b>64. POSSE EM NOME DE NASCITURO.....</b>	<b>1517</b>
64.1. Introdução .....	1517
64.2. Natureza jurídica.....	1517
64.3. Legitimidade.....	1519
64.4. Procedimento.....	1519
<b>65. ATENTADO .....</b>	<b>1521</b>
65.1. Conceito e cabimento .....	1521
65.2. Natureza jurídica.....	1523
65.3. Procedimento.....	1524
<b>66. PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS .....</b>	<b>1527</b>
66.1. Introdução .....	1527
66.2. Protesto de título.....	1528
66.3. Apreensão de títulos.....	1529

## LIVRO VI

### PROCEDIMENTO ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

<b>67. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO .....</b>	<b>1533</b>
67.1. Introdução .....	1533
67.2. Consignação extrajudicial .....	1533
67.3. Competência .....	1535
67.4. Legitimidade.....	1536
67.5. Objeto da demanda consignatória.....	1537
67.6. Procedimento.....	1538
67.7. Complementação do depósito .....	1541

67.8.	Consignação de prestações periódicas .....	1542
67.9.	Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito .....	1544
67.10.	Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios .....	1545
<b>68.</b>	<b>AÇÃO DE DEPÓSITO .....</b>	<b>1547</b>
68.1.	Introdução .....	1547
68.2.	Legitimidade e Competência .....	1548
68.3.	Procedimento.....	1549
68.4.	Depositário judicial.....	1551
68.5.	Prisão civil.....	1552
<b>69.</b>	<b>AÇÃO DE ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR .....</b>	<b>1553</b>
69.1.	Introdução .....	1553
69.2.	Ação de reivindicação .....	1554
69.3.	Ação de substituição de título ao portador.....	1554
69.4.	Ação de anulação e substituição de título ao portador.....	1555
<b>70.</b>	<b>AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....</b>	<b>1559</b>
70.1.	Introdução .....	1559
70.2.	Legitimidade.....	1560
70.3.	Natureza dúplice.....	1561
70.4.	Competência .....	1562
70.5.	Ação de exigir contas.....	1563
70.6.	Ação de dar contas.....	1566
<b>71.</b>	<b>AÇÕES POSSESSÓRIAS .....</b>	<b>1567</b>
71.1.	Proteção possessória.....	1567
71.2.	Fungibilidade.....	1568
71.3.	Ação dúplice?.....	1569
71.4.	Competência .....	1570
71.5.	Legitimação.....	1571
71.6.	Exceção de domínio.....	1572
71.7.	Cumulação de pedidos.....	1573

71.8.	Procedimento.....	1574
71.8.1.	Reintegração e manutenção de posse.....	1574
71.8.2.	Interdito proibitório.....	1577
<b>72.</b>	<b>AÇÃO DE NUNCIÇÃO DE OBRA NOVA.....</b>	<b>1583</b>
72.1.	Introdução.....	1583
72.2.	Cabimento.....	1584
72.3.	Legitimidade.....	1585
72.4.	Procedimento.....	1586
72.5.	Embargo extrajudicial.....	1588
<b>73.</b>	<b>AÇÃO DE USUCAPIÃO.....</b>	<b>1589</b>
73.1.	Definição de usucapião.....	1589
73.2.	Requisitos gerais e específicos da usucapião.....	1590
73.3.	Legitimação.....	1591
73.4.	Competência.....	1593
73.5.	Petição inicial.....	1593
73.6.	Citações e intimações.....	1594
73.7.	Sentença e transcrição no registro de imóveis.....	1595
73.8.	Usucapião como matéria de defesa.....	1595
<b>74.</b>	<b>DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....</b>	<b>1597</b>
74.1.	Introdução.....	1597
74.2.	Procedimento da ação de demarcação.....	1599
74.3.	Procedimento da ação de divisão.....	1600
<b>75.</b>	<b>AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA.....</b>	<b>1603</b>
75.1.	Introdução.....	1603
75.2.	Inventário negativo.....	1604
75.3.	Competência e universalidade do foro sucessório.....	1605
75.4.	Questões de alta indagação.....	1605
75.5.	Administrador provisório.....	1606
75.6.	Inventariante.....	1607
75.7.	Arrolamento sumário.....	1609

75.8.	Arrolamento comum.....	1610
75.9.	Procedimento do inventário.....	1611
75.10.	Colaço .....	1613
75.11.	Sonegação.....	1614
75.12.	Pagamento das dívidas.....	1615
75.13.	Herdeiro preterido.....	1616
75.14.	Partilha.....	1616
<b>76.</b>	<b>EMBARGOS DE TERCEIRO.....</b>	<b>1625</b>
76.1.	Conceito.....	1625
76.2.	Hipóteses especiais de embargos de terceiro.....	1627
76.3.	Legitimação.....	1628
76.4.	Competência.....	1631
76.5.	Prazo para ingresso dos embargos de terceiro.....	1632
76.6.	Procedimento.....	1634
<b>77.</b>	<b>AÇÃO DE HABILITAÇÃO.....</b>	<b>1637</b>
77.1.	Introdução.....	1637
77.2.	Procedimento.....	1638
<b>78.</b>	<b>AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....</b>	<b>1641</b>
78.1.	Introdução.....	1641
78.2.	Legitimidade.....	1642
78.3.	Competência.....	1643
78.4.	Procedimento.....	1643
<b>79.</b>	<b>VENDAS A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO.....</b>	<b>1647</b>
79.1.	Introdução.....	1647
79.2.	Procedimento da execução do preço.....	1648
79.3.	Procedimento para recuperação da coisa vendida.....	1648
<b>80.</b>	<b>AÇÃO MONITÓRIA.....</b>	<b>1651</b>
80.1.	Conceito.....	1651

80.2.	Natureza jurídica.....	1652
80.3.	Admissibilidade .....	1654
80.4.	Fazenda Pública e ação monitória .....	1656
80.5.	Incapaz e ação monitória.....	1658
80.6.	Ingresso da monitória .....	1658
80.7.	Expedição do mandado monitório e citação do réu .....	1661
80.8.	Posturas do réu .....	1661
80.9.	A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório .....	1663
80.10.	O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente.....	1664
80.11.	O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material .....	1665
80.12.	O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória.....	1666
80.13.	O mérito no processo monitório e seu julgamento.....	1667
80.14.	Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório.....	1671
80.15.	Procedimento dos embargos ao mandado monitório.....	1672
80.16.	Fase de cumprimento de sentença .....	1674

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>1677</b>
--	-------------